


InovaIcict

Revista do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde | www.icict.fiocruz.br | 2014.1 

Privacidade e (in)segurança na internet



Saúde do Idoso: novos rumos em 2014

Icict cria e reformula produtos estratégicos para Cosapi/MS. Pág 8

Um outro olhar para a violência urbana

Georreferenciamento é usado em análise de áreas de violência. Pág 39

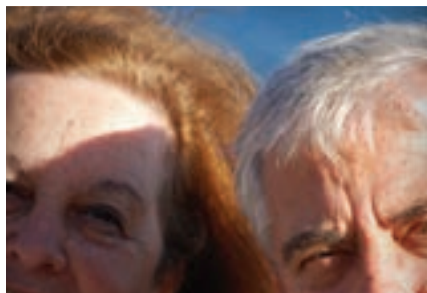


Icict: compromisso com o SUS

O Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fiocruz é especializado em ações de informação e comunicação no campo da ciência, tecnologia e inovação em saúde, para atender as demandas sociais do Sistema Único de Saúde (SUS) e de outros órgãos governamentais nacionais e internacionais.

<http://www.icict.fiocruz.br>

Sumário



Saúde do Idoso

Icict participa de iniciativas da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa

pág 8



Audiovisual e Políticas Públicas

MinC e Fiocruz investem em editais temáticos de apoio à produção audiovisual

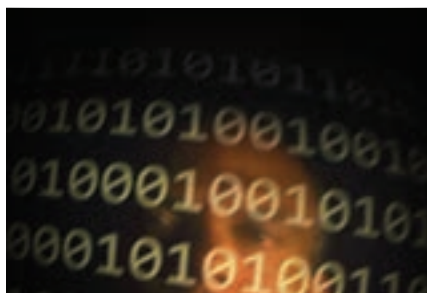
pág 14



Saúde e Redemocratização

Publicações resgatam contexto político do Brasil na década de 80

pág 19



Privacidade na internet

Conceitos como liberdade, vigilância e privacidade na internet alteram relações de poder e lançam novos desafios à sociedade

pág 24



Comunicação e Informação em Saúde

Websites para o fortalecimento do SUS consolidam missão do Icict

pág 33



Violência Urbana

Parceria entre Iesp/Uerj e equipe do Laboratório de Informação em Saúde mostra novos ângulos sobre o problema

pág 39

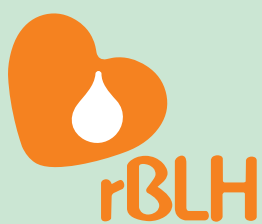
Revista Inovalcict • ano V • 2014.1

Fundação Oswaldo Cruz

Presidente da Fiocruz **Paulo Ernani Gadelha Vieira** • Vice-presidente de Pesquisa e Laboratórios de Referência **Rodrigo Stabeli** • Vice-presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional **Pedro Ribeiro Barbosa** • Vice-presidente de Ensino, Informação e Comunicação **Nísia Trindade Lima** • Vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde **Valcler Rangel Fernandes** • Vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde **Jorge Bermudez** • Diretor do Icict **Umberto Trigueiros Lima** • Vice-diretor de Pesquisa, Ensino e Desenvolvimento Tecnológico **Josué Laguardia** • Vice-diretor de Informação e Comunicação **Rodrigo Murtinho** • Vice-diretora de Desenvolvimento Institucional **Adir Maria Glüsing** • Assistente de Ensino **Indira Alves França**

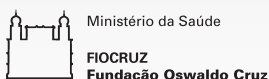
Expediente

Assessoria de Comunicação Social - Coordenação, revisão e edição **Cristiane d'Ávila** • Redação e reportagem **Adriana Martins, Bel Levy, Cristiane d'Ávila, Claudio Oliveira, Daniela Muzi, Graça Portela e Renata Fontoura** • Multimeios - Projeto Gráfico original **Flávia de Carvalho** • Projeto Gráfico desta edição - Diagramação **Valéria de Sá** • Capa, arte dos anúncios e Tratamento das imagens **Vera Lucia Fernandes de Pinho** • Fotos: **Amanda Simões, Graça Portela, Peter Illiciev, Raul Santana, Thiago Facina, Vinicius Marinho, Virgínia Damas, Fiocruz Multimagens e Stock-xchg**



19 de Maio
Dia Mundial de Doação de Leite Humano

Conheça a maior rede de Bancos de Leite Humano do Mundo com tecnologia 100% nacional.



www.redeblh.fiocruz.br

Umberto Trigueiros Lima, diretor do Ictict

Privacidade, segurança e insegurança na rede mundial de computadores e também a questão da regulação do marco civil da internet no Brasil. Violência urbana vista como questão de saúde pública e investigada com ferramentas de georeferenciamento. Longevidade, saúde do idoso, doenças crônicas e degenerativas, alterações no quadro epidemiológico brasileiro e os impactos desses fatores nas políticas de saúde. Prospecção estratégica para o sistema de saúde, com a perspectiva da década de 30 deste século. O trabalho de desenvolvimento de ferramentas, aplicativos virtuais e sítios na internet que viabilizam e dão transparência e visibilidade a esses programas. Implementação de políticas e iniciativas para garantir o acesso aberto ao conhecimento científico e tecnológico e o pleno funcionamento do Repositório Institucional da Fiocruz – ARCA. Fomento à produção independente de audiovisuais em saúde com informações de importância para a população. Esses e outros temas de grande relevância fazem parte dos compromissos e da plataforma de pesquisas, estudos, debates e ações do Ictict, que deverão ocupar o melhor dos nossos esforços no decorrer de 2014 e nos próximos anos.

No que se refere a aprovação recente do projeto de Lei que instituiu o Marco Civil da Internet no Brasil na Câmara dos Deputados, tramitação que começou em 2011 e que travava a pauta daquele órgão legislativo há vários meses em virtude não só da sua complexidade, mas principalmente por contrariar interesses das operadoras de telecomunicações, não cabe dúvida de que foi um importante passo para alcançarmos a regulação desse campo pelo Estado e sociedade brasileiros. Trata-se da construção

de um instrumento legal muito importante para a defesa dos direitos dos que navegam na Internet, estabelecendo princípios, garantias, direitos e deveres na grande rede, para provedores e usuários de todos os tipos. Apesar de que no processo de negociações com os partidos na Câmara dos Deputados caiu a obrigatoriedade de que as empresas provedoras de conexões e aplicações na Internet mantenham no Brasil a estrutura de armazenamento de dados (“data centers”), estarão de todo modo sujeitas à legislação brasileira. O projeto de Lei que agora vai ao Senado e depois à sanção presidencial garante, no fundamental os princípios da neutralidade da rede, a liberdade de expressão e a privacidade. O estabelecimento do Marco Civil da Internet é uma legislação avançada, colocando o Brasil na posição de pioneiro na defesa dos direitos dos usuários da rede. Além dos aspectos citados, vale ressaltar um trecho do manifesto assinado pela Fiocruz, pela ABRASCO e pelo CEBES em 2013, que afirma que a Internet “se constitui em espaço essencial ao debate público, ao controle social exercido pelas entidades que compõem os conselhos de saúde, à formação continuada de profissionais da área, além de fundamental para acessar informações e serviços de saúde”.

Nesta edição, INOVA traz entrevistas e reportagens que abordam particularmente essas questões. Destaques especiais para as reportagens sobre o lançamento do portal “Saúde Amanhã”, ligado ao projeto “A Saúde do Brasil em 2030”, também para a pesquisa realizada em parceria pelo Iesp/ UERJ e o Laboratório de Informação em Saúde do Ictict, “Um outro olhar sobre a violência urbana”, além da divulgação do “Estudo e Pesquisa



Foto: Raul Santana

da Saúde da Pessoa Idosa” e uma matéria especial sobre segurança e privacidade na internet, em tempos em que graves denúncias de espionagem internacional recaem sobre a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos e grandes corporações.

Desta forma, o Ictict, através de pesquisas e estudos, da aplicação de metodologias e técnicas da informação e da comunicação contribui para fazer avançar o papel da Fiocruz como Agência Estratégica de Estado para a saúde. Estamos atuando assim, com inúmeras parcerias, para localizar, por exemplo, com maior precisão, os territórios da violência urbana, os seus determinantes sociais, econômicos, culturais, o seu impacto na saúde pública. Trabalhamos para reunir, analisar e disponibilizar informação qualificada para a tomada de decisões em políticas públicas, cruzando dados como os do envelhecimento da população, as alterações que esse fenômeno produz no quadro de doenças, nos orçamentos públicos, na capacitação dos profissionais de saúde, na gestão do SUS, nas demandas tecnológicas geradas para a conformação do complexo econômico e industrial da saúde.

Um extrato importante desse esforço da Fiocruz e particularmente do Ictict está aqui retratado nesta edição da INOVA, a serviço de uma informação e comunicação de qualidade para os nossos leitores. ■

Icict na abertura do ano letivo da Fiocruz

O diretor do Icict, Umberto Trigueiros, coordenou o painel "Os Anos de Chumbo na Fiocruz e a Comissão da Verdade da Reforma Sanitária" durante a aula inaugural do ano acadêmico da Fiocruz, no dia 18 de março. Com o tema Ciência e Democracia: a Fiocruz e a Comissão da Verdade da Reforma Sanitária, o evento de abertura oficial do ano letivo da Fundação contou com apresentação da professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenadora do Projeto República, Heloisa Starling, que proferiu a palestra "Arquivos da Ditadura".

Abrasco 2013

Os pesquisadores do Icict participaram ativamente do VI Congresso de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da Abrasco, que aconteceu no campus da Uerj, no Rio de Janeiro, de 13 a 17/11. Em debates, comunicações orais e pôsteres digitais, além de mostra de filmes da VideoSaúde – Distribuidora da Fiocruz no Espaço Saúde & Letras da Editora Fiocruz, os pesquisadores se debruçaram sobre questões que têm pautado a academia, as instituições públicas e privadas e a sociedade civil como um todo. O instituto também participou do lançamento da Comissão da Verdade da Reforma Sanitária, da qual o diretor Umberto Trigueiros é membro, e da formulação e articulação, juntamente com a Abrasco e o Cebes, do documento em apoio ao Marco Civil da Internet.

Dia Mundial de Doação de Leite Humano



A Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano e o Programa Ibero-americano de Bancos de Leite Humano, coordenados por João Aprígio Guerra de Almeida, se articulam para celebrar, em 19/05, o Dia Mundial de Doação de Leite Humano. A data simbolizará a união de esforços para a salvaguarda da vida de milhões de crianças em todo o mundo. Esta mobilização já envolve toda a América Latina, Caribe Hispânico e Haiti, Península Ibérica e África.

PenseSUS e Portal Saúde Amanhã

Elaborados pela equipe do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Icict (CTIC) para celebrar os 25 anos do Sistema Único de Saúde, os websites PenseSUS e Portal Saúde Amanhã trazem conteúdo atual e diferenciado com informações sobre a trajetória do SUS e as estratégias para aprimorar e fortalecer o sistema, fruto da Reforma Sanitária. Navegue e conheça em pensesus.fiocruz.br e www.saudeamanha.fiocruz.br



Desastres naturais e saúde

A equipe do Observatório Nacional de Clima e Saúde (www.climasaude.icict.fiocruz.br) desenvolveu um sistema para disponibilizar informações sobre desastres climáticos e seus impactos na saúde da população do Brasil. Os dados podem ser analisados para a detecção de tendências temporais e padrões espaciais dos desastres. A ferramenta de consulta das informações usa linguagem SQL (Structured Query Language) e o sistema foi desenvolvido com software livre, utilizando várias linguagens de programação (html, php, ajax, javascript, entre outros). A interface do sistema foi criada de forma a facilitar o manuseio por todos os níveis de usuários.

Documentos da gestão

Estão disponíveis no site do Icict (www.icict.fiocruz.br) o Manual de Procedimentos, Manual Organizacional e Relatório de Atividades. Lá é possível conhecer as atividades e ver os números da produção científica dos pesquisadores do instituto.

Caderneta do Idoso

Será lançada ainda neste semestre, após consulta pública, a Caderneta de Saúde de Pessoa Idosa, uma iniciativa do Ministério da Saúde coordenada pela pesquisadora Dália Romero, do Laboratório de Informação em Saúde (Lis/Icict). O MS pretende que a Caderneta identifique os riscos funcional, social e clínico da população idosa, orientando o sistema e as linhas de cuidados. Para isso, terá indicadores em cores (verde, azul, amarelo e vermelho). O indicador "vermelho", por exemplo, vai informar que a situação deste idoso é crítica e, a partir daí, o serviço de saúde poderá traçar uma estratégia de cuidado e assistência social.



Icict participa de iniciativas da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa

Saúde do idoso: novos rumos em 2014

Graça Portela

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa do país entra em campo, em 2014, com reforços de peso, como a reformulação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa e do Sistema SISAP-Idoso, a nova versão do Caderno de Atenção Básica (o de nº 19) e a seleção e divulgação das experiências exitosas.



O Icict e o Ministério da Saúde (MS), por meio da Coordenação de Saúde da Pessoa Idosa (Cosapi/MS), firmaram o convênio “Estudo e Pesquisa da Saúde da Pessoa Idosa”, que visa a criação de produtos estratégicos para a gestão que apoiem as políticas públicas para a saúde da pessoa idosa. A Cosapi vem coordenando o processo com foco na implementação das ações previstas na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa para qualificar o cuidado ao idoso no SUS – Sistema Único de Saúde.

A implementação dos quatro eixos – a reformulação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa, a nova versão do Caderno de Atenção Básica (o de nº 19), a seleção e divulgação das experiências exitosas, e a reformulação do site Sisap-Idoso – está sendo feita quase que simultaneamente e os produtos começam a apresentar resultados importantes para o Ministério da Saúde. O primeiro já entregue, testado e aprovado, com resultados que surpreenderam os técnicos da Cosapi, foi o “Mapeamento das experiências municipais e estaduais no campo do Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa”, que contou com o apoio técnico do Centro de Estudos Avançados do Governo e Administração Pública, da Universidade de Brasília (UnB).

O produto consiste no cadastramento das experiências inovadoras em saúde do idoso no país. Os dados são inseridos pelos gestores municipais e estaduais em um formulário online no qual inscrevem, dentre outras informações, os objetivos do projeto, o número de pessoas atingidas, o método de trabalho e os resultados obtidos. Também podem ser incorporados vídeos, fotografias, áudio e links de matérias sobre o relato. A partir desses dados, as experiências são classificadas por categorias e a plataforma também gera as coordena-



Fonte do Ministério da Saúde (MG)

nadas geográficas. O mapa e as informações já estão acessíveis a toda a população no endereço <http://adm.ceag.unb.br/saude/>

Para coletar os primeiros relatos, foi feita uma divulgação dirigida aos gestores públicos para que cadastrassem as experiências que estavam realizando em seus municípios e estados. Em pouco mais de um mês (1º/07 a 9/09/2013), 107 propostas foram apresentadas. As experiências inscritas mostraram o que está sendo feito em nível estadual e municipal, com representações de municípios de pequeno, médio e grande portes, oriundos de todas as regiões do país. O resultado surpreendeu a diretora-adjunta da Cosapi, Cristina Lôbo. “Essa foi uma experiência inédita na Cosapi e permitiu traçar o mapeamento inicial do potencial da gestão municipal e estadual na formulação de políticas e implementação de ações para ampliar a oferta e qualificar a atenção à pessoa idosa nos territórios”.

Experiências inovadoras em estados e municípios: mapa e informações já estão acessíveis a toda a população no endereço <http://adm.ceag.unb.br/saude/>

Foi criada, então, uma premiação para as experiências cadastradas e 12 foram selecionadas (veja box). “O resultado teve uma repercussão positiva entre gestores, pesquisadores e parceiros, como a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). Ficou decidido que será realizada uma edição anual com premiação e publicação das experiências selecionadas, como forma de divulgar e incentivar os gestores a produzirem seus próprios projetos ou replicarem as experiências já existentes”, afirma Cristina Lôbo.

“O ‘Mapeamento’ foi pensado a partir da necessidade de se conhecer as iniciativas feitas em todo o país e estreitar a articulação com o gestor local, a fim de identificar as experiências com maior potencial de contribuição para subsidiar o aperfeiçoamento da política. Acredito que a experiência de mapeamento dos relatos seja pioneira no mundo”, explica Marcel Pedroso, pesquisador do Laboratório de Informação em Saúde (Lis/Icict), responsável técnico pela implementação da plataforma on-line do projeto.



Acredito que a experiência de mapeamento dos relatos seja pioneira no mundo”

Marcel Pedroso, pesquisador do Lis

As experiências

EXPERIÊNCIA 1 (estadual) – Fator Idoso: Política Estadual de Incentivo à Qualificação da Atenção Básica da Secretaria Estadual do Rio Grande do Sul - Coordenadora de Saúde do Idoso da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul - Priscila Farfan Barroso

EXPERIÊNCIA 2 (municipal) – Centro de Desenvolvimento e Promoção do Envelhecimento Saudável – CEDPES do Serviço de Geriatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP – Geriatra e Professor da USP - Marcel Hiratsuka

EXPERIÊNCIA 3 (municipal) – Construção da Rede de Atenção à Saúde do Idoso na Regional de Saúde do Paranoá Distrito Federal – Secretaria de Saúde do Distrito Federal - Coordenadora do Programa de Atenção à Saúde do Idoso - Paranoá/SES/DF - Viviane Cristina Peterle.

EXPERIÊNCIA 4 (municipal) – Construção de Rede de Atenção aos Casos de Violência Contra o Idoso da Secretaria Municipal de Caxias do Sul - Rio Grande do Sul - Coordenadora do DANTS - Joseane Boff Zanella.

EXPERIÊNCIA 5 (municipal) – Instrumentos de Avaliação dos Indicadores de Saúde da Pessoa Idosa: Uma Experiência Exitosa da Secretaria Municipal de Fortaleza - Assessora Técnica da Atenção Primária de Saúde do Município de Fortaleza - Gerídice Andrade de Moraes

EXPERIÊNCIA 6 (estadual) – Estratégias Singulares de Implantação da Caderneta do Idoso no Município de Caxias do Sul do Rio Grande do Sul – Núcleo de Estratégia da Saúde da Família - Nadia Peresin Perotoni.

EXPERIÊNCIA 7 (municipal) – A Potencialidade do Profissional de Saúde Para a Mediação de Conflitos Intrafamiliares: A Experiência do Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso da Gerência de Programa de Saúde do Idoso – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro - Gerência de Programas de Saúde do Idoso-SMS-RJ - Margareth Gloria Sgambato Ferreira.

EXPERIÊNCIA 8 (municipal) – Programa Acompanhante de Idosos da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo – Coordenador de Saúde do Idoso da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de São Paulo - Sergio Paschoal.

EXPERIÊNCIA 9 (municipal) – Programa Maior Cuidado – Projeto Cuidador de Idosos, Qualificando e Humanizando o Cuidado – Uma experiência intersetorial da Secretaria Municipal de Belo Horizonte. Saúde da Pessoa Idosa da Secretaria Municipal de Belo Horizonte - Cristina Sartini.

EXPERIÊNCIA 10 (municipal) – Tenda do Conto: Um Espaço de Vivência, História e Escuta da Secretaria Municipal de Campo de Brito de Sergipe - Estratégia Saúde da Família - Fernanda Carneiro Melo.

EXPERIÊNCIA 11 (municipal) – Implementação do Centro de Convivência e Cultura Cuca Fresca – Projeto Desencuca de Goiânia - Gerente do Centro de Convivência e Cultura do Município de Goiânia - Marla Borges de Castro.

EXPERIÊNCIA 12 (municipal): Idoso, a Sua Casa é Segura? - Prefeitura Municipal de Selbach do Rio Grande do Sul - Fiscal Sanitário Municipal da Prefeitura de Selbach - Jorge Rogelson Sebben.

Caderneta do Idoso

Dos quatro eixos do convênio entre o Icict e o Ministério da Saúde em relação à saúde da pessoa idosa, a reformulação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa, a Caderneta do Idoso, talvez seja o que vem atraindo mais atenções e fazendo com que os outros eixos girem em torno dele. A Caderneta, então, funcionaria como um orientador da rede de saúde no SUS, com informações sobre saúde do idoso, uso de medicamentos, questões clínicas (cirurgias e internações pelas quais o idoso passou), queda de funcionalidade e etc.

Para a pesquisadora Dália Romero, representante do Icict no convênio com o MS, a Caderneta tem a ver com os direitos dos idosos. “O principal objetivo desse instrumento é que o idoso, e por conseguinte sua família, podem saber como está a sua saúde”. Para a construção da versão final da nova Caderneta, a equipe coordenada por Dália ouviu especialistas da área de saúde do idoso (geriatras, psicólogos, enfermeiros e etc.), da Unati/Uerj e UnB, dentre outros, realizou reuniões temáticas, discutiu a abordagem dos temas que constariam na Caderneta. Além disso, houve a parceria com o Centro de Referência do Idoso, do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde foi realizada uma apresentação aos profissionais de saúde, foi importante para a ampliação do projeto.

Segundo Aline Marques, pesquisadora colaboradora do Lis/Icict, o Ministério da Saúde pretende que a Caderneta do Idoso identifique os riscos funcional, social e clínico da população idosa, orientando o sistema e as linhas de cuidados. “A Caderneta é considerada pelo Ministério da Saúde uma ferramenta importante para identificar as condições e evolução da



foto: Graça Portela

Cristina Hoffman - diretora da COSAPI e Cristina Lôbo - diretora adjunta da COSAPI

saúde da pessoa idosa. Ela permitirá um acompanhamento longitudinal (cinco anos) da pessoa idosa, os recursos e os instrumentos capazes de mapear idosos frágeis no território nacional”, detalha.

Graficamente, a nova Caderneta terá indicadores em cores (verde, azul, amarelo e vermelho). O indicador “vermelho” informaria que a situação deste idoso é crítica e, a partir daí, o serviço de saúde poderia traçar uma estratégia de cuidado e assistência social. Dália Romero acredita que a nova Caderneta do Idoso, que deve ser lançada ainda no primeiro semestre de 2014 após passar por consulta pública, deverá empoderar o idoso.

CAB e o e-SUS

Segundo Cristina Lôbo, diretora-adjunta da Coordenação de Saúde da Pessoa Idosa (Cosapi/MS), os indicadores estratégicos da Caderneta serão inseridos no novo sistema de informações da Atenção Básica – o e-SUS entrando na agenda de trabalho das



Os indicadores estratégicos da Caderneta serão inseridos no novo sistema de informação da Atenção Básica - eSUS”

Cristina Lôbo, diretora-adjunta da Cosapi/MS



foto: Graça Portela



O SISAP-Idoso se tornará mais flexível para facilitar a consulta dos usuários”

Dália Romero, coordenadora do convênio pelo Icict

equipes de Atenção Básica e permitindo o seguimento daquele idoso nas redes de atenção. O passo seguinte é aprofundar e complementar o conteúdo da Caderneta no Caderno de Atenção Básica (CAB) de número 19, que trata do “Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa”, instrumentalizando e sensibilizando as equipes para o cuidado do idoso.

Um novo SISAP-Idoso

O quarto eixo do convênio é a reformulação do Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso (Sisap-Idoso), administrado pelo Icict. O sistema fornece indicadores de saúde e acompanhamento de políticas do idoso, servindo como instrumento de monitoramento das políticas estratégicas para a área. Em 2013, foram realizadas três oficinas de capacitação de gestores estaduais e municipais que coordenam ou atuam no campo da Saúde da Pessoa Idosa,

para utilização do Sisap-Idoso, todas ministradas por Dália Romero e sua equipe.

A reformulação do sistema já está em curso com equipes de especialistas para os temas ‘indicadores socioeconômicos’, ‘mortalidade e morbidade’, e ‘qualidade do sistema de informação’. O Sisap-Idoso disponibiliza mais de 500 indicadores, em diferentes dimensões da saúde, e serão acrescentados indicadores de conhecimento, monitoramento e avaliação para gestores e acadêmicos. “O sistema se tornará mais flexível para facilitar a consulta dos usuários, principalmente os coordenadores da atenção básica e da saúde do idoso. Vamos também incorporar mapas e novos indicadores, que serão escolhidos juntamente com grupos de usuários e acadêmicos”, destaca Dália Romero.

Com ampla disponibilidade de informações, o Brasil já é reconhecido mundialmente por suas políticas públicas em prol da saúde da pessoa idosa.

“Na Fiocruz, estamos aproveitando toda essa informação para dar suporte ao Ministério da Saúde, abastecendo-o de evidências que facilitem a tomada de decisões em termos de políticas públicas. O Icict, por meio do Lis, é um produtor de informações e produtos que contribuem para isso”, finaliza a pesquisadora.■





Sistema Nacional de Informações Toxicofarmacológicas

Tem como principal atribuição coordenar a coleta, compilação, análise e divulgação dos casos de intoxicação e envenenamento notificados no país pelos Centros de Informação e Assistência Toxicológica (CIATs). Para entrar em contato com o CIAT mais próximo de sua região utilize

Disque Intoxicação: 0800 722 6001

Para acessar os dados do SINITOX visite a página no endereço

www.fiocruz.br/sinitox

MinC e Fiocruz investem em editais
temáticos de apoio à produção audiovisual

Quando a produção audiovisual vai ao encontro das políticas públicas

Daniela Muzi



A criação artística é um processo comunicativo que preza pela criatividade, mas o que acontece quando arte e criatividade se unem para promover políticas públicas? Essa é a proposta que vem sendo desenvolvida por instituições federais como a Secretaria Audiovisual do Ministério da Cultura (SAv/MinC) e a Fiocruz em seus recentes editais de fomento à produção audiovisual.

Foto: Peter Ilčićev

Vencedores e representantes da Fiocruz comemoram as cinco novas produções para 2014

O audiovisual em si, em toda sua cadeia e dimensões, está contemplado nas políticas públicas federais, estaduais e municipais que visam fortalecer a produção audiovisual brasileira, a formação de plateia e a geração de emprego e renda. Os exemplos disso são os diversos editais públicos promovidos por entes governamentais, empresas públicas e incentivos fiscais concedidos a empresas patrocinadoras e empresas produtoras de audiovisual. Da mesma forma, as políticas públicas culturais, que integram o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído em 2 de dezembro de 2010, vêm se ampliando e complexificando. O PNC possui três dimensões estruturantes para toda a ação de política pública: a dimensão cidadã, a dimensão simbólica e a dimensão econômica. Visa o planejamento e a implementação de políticas públicas até 2020 voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. São objetivos do PNC o fortalecimento institucional e a definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais.

Foram previstas, pela Lei 12.343 que criou o PNC, 53 metas estabelecidas com a participação social e dos gestores públicos. Entre as metas que devem ser atingidas até 2020 estão o lançamento de 150 filmes brasileiros de longa-metragem por ano em salas de cinema (meta 21); 60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais (meta 24) e a disponibilização na internet dos seguintes conteúdos, que estejam em domínio público ou licenciados: 100% das obras audiovisuais do Centro Técnico do Audiovisual (CTAV) e da Cinemateca Brasileira; 100% do acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); 100% dos inventários e das ações de reconhecimento realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); 100% das obras de autores brasileiros do acervo da Fundação Biblioteca Nacional (FBN); 100% do acervo iconográfico, sonoro e audiovisual do Centro de Documentação da Fundação Nacional das Artes (Cedoc/Funarte) (meta 40).

Diversos programas e ações de políticas públicas de outras temáticas (racial, juventude, gênero) tangenciam o audiovisual em suas práticas. Em meio às comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra, em 2012, a Secretaria de Audiovisual do MinC, em parceria com a Fundação Palmares e a Secretaria de Políticas de

Promoção da Igualdade Racial (Seppir/PR), lançou o Edital de Apoio para Curta-Metragem – Curta Afirmativo: Protagonismo da Juventude Negra na Produção Audiovisual. O edital selecionou 30 projetos de curtas-metragens (ficção, documentário ou animação), dirigidos ou produzidos por jovens negros, de 18 a 29 anos, pessoa física, com temática livre.

Em 2013 foi a vez de gênero e meio ambiente entrarem em pauta, ou melhor, em tela, com o Edital Carmen Santos Cinema de Mulheres 2013 – Apoio à Curta e Média-Metragem e o Edital Curta Animação 2013: Resíduos Sólidos em um Minuto. O Edital Carmem Santos Cinema de Mulheres 2013 foi articulado entre a Secretaria do Audiovisual do MinC e a Subsecretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). Contemplou 10 obras audiovisuais (ficção, documentário e animação) de até cinco minutos assinadas e dirigidas por mulheres. Os conteúdos das propostas selecionadas, segundo orientação do edital, abordaram a construção da igualdade entre mulheres e homens e os direitos da mulher e a cidadania, levando em conta a diversidade das mulheres nos meios urbano e rural. Uma ação baseada no Plano de Políticas para as Mulheres 2013-2015.



Já o Edital Curta Animação 2013 foi elaborado em conjunto com a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SAIC/MMA) e premiou 40 obras audiovisuais brasileiras de animação, inéditas, com duração de um minuto, que abordaram de forma criativa e inovadora a questão dos resíduos sólidos.

Segundo a Secretaria do Audiovisual, o Curta Afirmativo e o Prêmio Carmem Santos são ações afirmativas no campo do fomento e da produção audiovisual, que se iniciaram na atual gestão como forma de fortalecer ainda mais estes atores e potencializar protagonismos. Os editais temáticos têm apresentado resultados em termos do número de projetos inscritos, recebendo inscrições das cinco regiões brasileiras. Foram 315 propostas inscritas no Edital Curta Afirmativo; 159 no Edital Curta Animação; e 417 no Edital Carmen Santos.

A experiência da Fiocruz

A Fiocruz, mantendo o legado deixado pelo fundador Oswaldo Cruz, que já no início do século 20 realizava filmes científicos, fomenta, incentiva e distribui a produção independente de audiovisuais em saúde pública através do Selo Fiocruz Vídeo, uma parceria entre a Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação e a Videosaúde – Distribuidora da Fiocruz. O Edital do Selo Fiocruz Vídeo – uma das linhas de atuação do Selo – chegou em 2013 em sua segunda edição e, diferentemente da primeira, sugeriu temas preferenciais: doenças negligenciadas, história da saúde pública, doenças transmissíveis, doenças não transmissíveis, violência e saúde, saúde da mulher e da criança, saúde do trabalhador e saúde mental. Ao todo foram 47 projetos inscritos, 25 do Rio de Janeiro, 12 de São Paulo, três de Minas Gerais, dois de Santa Catarina,

três do Rio Grande do Sul e dois de Brasília, atendendo às expectativas do Editor Executivo do Selo Fiocruz Vídeo e membro do Conselho Curador, Homero Teixeira de Carvalho. “A segunda edição do edital mostrou uma vitalidade e criatividade de proposição das empresas produtoras, atingindo nosso objetivo de inserir a saúde pública no processo produtivo do audiovisual e estimulando a produção independente”, comemora.

Os produtores não têm criado resistência aos editais com temáticas específicas, como comprovam os números de inscrições e aceitações dos grupos audiovisuais. “Os temas propostos, como doenças negligenciadas, são fruto do trabalho dos pesquisadores da Fiocruz, e de suma importância. Sempre são um desafio de linguagem audiovisual, principalmente por tratar de assuntos delicados numa linguagem que deve informar, prevenir e permitir a reflexão na



Foto: Peter Illiciev



Os temas propostos, como doenças negligenciadas, são fruto do trabalho dos pesquisadores da Fiocruz, e de suma importância. Sempre são um desafio de linguagem audiovisual, principalmente por tratar de assuntos delicados numa linguagem que deve informar, prevenir e permitir a reflexão na busca de novas soluções. A criatividade é estimulada num momento em que novas formas de contar histórias surgem e têm se diversificado através da possibilidade do uso da internet e de novas mídias”.

Iêda Rozenfeld, uma das vencedoras do Edital do Selo Fiocruz Vídeo 2013, irá dirigir o documentário “Doenças Negligenciadas, Tuberculose tem cura”



Foto: Peter Illiciev



A segunda edição do edital mostrou uma vitalidade e criatividade de proposição das empresas produtoras, atingindo nosso objetivo de inserir a saúde pública no processo produtivo do audiovisual e estimulando a produção independente”.

Homero Teixeira de Carvalho, Editor Executivo do Selo Fiocruz Vídeo e membro do Conselho Curador do Edital do Selo Fiocruz Vídeo 2013, prevê novo edital para 2015

busca de novas soluções. A criatividade é estimulada num momento em que novas formas de contar histórias surgem e têm se diversificado através da possibilidade do uso da internet e de novas mídias”, reitera a documentarista Lêda Rozenfeld, uma das vencedoras do Edital do Selo Fiocruz Vídeo 2013.

Ao todo foram selecionados cinco projetos, dois do Rio de Janeiro e três de São Paulo, que estão sendo produzidos ao longo deste ano e serão lançados em dezembro. As produções serão incorporadas ao catálogo do Selo Fiocruz Vídeo, linha de atuação em parceria com a Editora Fiocruz que comercializa, a baixo custo, para popularizar e democratizar o acesso da população ao conhecimento em saúde pública. Serão títulos sobre tuberculose, crack, cesariana, saúde pública e história da saúde pública, temas bastante procurados no atual catálogo do Selo Fiocruz Vídeo.

Convergências entre cultura e saúde

A ampliação do conceito de cultura para além das linguagens artísticas (movimento muito próximo ao ocorrido na saúde pública com o conceito ampliado de saúde) fez com que a diversidade cultural das expressões dos grupos sociais fosse representada em diversas formas. Os Pontos de Cultura, por exemplo, buscam potencializar a cultura popular, contribuindo para o empoderamento e protagonismo de novos atores no cenário cultural. Ações como Revelando os Brasis, DOC-TV, Cine Mais Cultura, Programadora Brasil, Núcleos de Produção Digital da SAv/MinC contribuem, dentro do campo audiovisual, para o alargamento da diversidade de atores. Proposta similar à da VideoSaúde que fomenta a produção independente, buscando dar espaço para novas vozes e olhares sobre saúde pública.

Tanto a Secretaria do Audiovisual como a Fiocruz acreditam na potencialidade do audiovisual em transmitir mensagens e visões mundo e, principalmente, promover a reflexão e o debate, tornando-se muito mais que um instrumento: uma estratégia de comunicação. “O vídeo deve ser apresentado antes de uma discussão, atuando como motivador e não como ilustrador”, defende Homero que também é coordenador da Oficina VideoSaúde – da ideia ao argumento, oferecida a cada dois anos pela VideoSaúde. Esse alinhamento de pensamento resulta em propostas convergentes de apoio à produção, distribuição e exibição do audiovisual brasileiro e compartilhamento de conhecimento, mostrando que arte e políticas públicas podem caminhar juntas. ■

Para saber mais

Editais MinC
www.cultura.gov.br/editais
 Plano Nacional de Cultura
www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc-pnc.culturadigital.br
 Selo Fiocruz Vídeo
www.fiocruz.br/fiocruzvideo



Vencedores e representantes da Fiocruz comemoram as cinco novas produções para 2014

Foto: Peter Illiciev



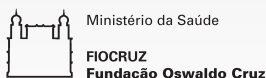
Comunicação e informação audiovisual fortalecendo o SUS

Estamos também nas redes sociais:

www.facebook.com/videosaudefiocruz

www.youtube.com/videosaudefio

www.twitter.com/videosaude ou @videosaude



www.icict.fiocruz.br

Acesso aberto à redemocratização

Adriana Martins

Com o declínio do regime militar, em meados da década de 1980, o Brasil foi palco de diversas manifestações. Em muitos estados, parte da população lutava pela redemocratização do país. Passeatas, debates e atos públicos engendraram as ações dos movimentos. No campo da saúde não era diferente. Cientistas, pesquisadores, intelectuais e outros cidadãos militantes discutiam alternativas para a área, como parte da chamada Reforma Sanitária.



À época, na Fundação Oswaldo Cruz, ascendia uma personalidade que deixaria um legado de democracia, igualdade de direitos e um olhar mais atencioso sobre a saúde pública: o médico e sanitarista Sergio Arouca, que ampliou as vozes do movimento pela Reforma Sanitária.

Muitas pessoas que não acreditavam fielmente no que dizia a imprensa tradicional buscavam dados em veículos alternativos. Neste sentido, na Fiocruz, um grupo heterogêneo de pensadores dava início a uma política de comunicação, pensando em como seria possível comunicar e informar sobre saúde.

Foi assim que surgiu em Mangueiras, no Rio de Janeiro, um programa de comunicação que viria contribuir para disseminar as vozes dos protestos. O *Radis* – Reunião, Análise e Difusão de Informações sobre Saúde – nasce em 1982. Com seus periódicos *Súmula*, *Dados*, *Tema* e *Jornal Proposta*, o programa de comunicação priorizava a saúde, enfatizava a prevenção e os determinantes sociais e acompanhava as lutas do movimento sanitário. Enfim, por meio de reportagens reflexivas, tentava dialogar com a população sobre o estado da saúde brasileira naquele momento.

Quase 30 anos depois, os interessados em saber um pouco mais sobre o programa, bem como sua relação com as esferas política, cultural, econômica e de saúde, poderão acessar as primeiras coleções do *Radis*. Com o objetivo de preservar um dos mais significativos momentos das mobilizações sociais no Brasil, a Biblioteca Virtual Sergio Arouca buscou no acervo do programa as publicações mais representativas para a época e que, até hoje, dão fôlego a estudos e pesquisas sobre democracia, sociedade, comunicação e saúde.

Com seus periódicos *Súmula*, *Dados*, *Tema* e *Jornal Proposta*, o programa de comunicação priorizava a saúde, enfatizava a prevenção e os determinantes sociais e acompanhava as lutas do movimento sanitário

Acervo bibliográfico reúne revistas e jornais atuantes nos movimentos da Reforma Sanitária

A BV, que é coordenada pelo Ict/ Fiocruz, priorizou registros da atuação do sanitarista Arouca no período em que presidiu a Fundação. “Estão sendo escolhidos os documentos que relacionem Arouca e seus debates sobre o movimento sanitário”, diz a bibliotecária Luciana Danielli, coordenadora das Bibliotecas Virtuais em Saúde bvsfiocruz.fiocruz.br na Fiocruz. Assim, estão disponíveis em acesso aberto no site desta BV as revistas *Súmula*, *Dados* e *Tema*, além do *Proposta – Jornal da Reforma Sanitária*, publicados entre os anos 1985 e 1989. Por ser um trabalho contínuo, o acervo é constantemente atualizado pela equipe da Biblioteca de Saúde Pública, na BVS Arouca.



Primeiras manchetes apresentam dados importantes sobre a saúde brasileira

Pioneiros em debates sobre a Aids, por exemplo, os periódicos do *Radis* ofereciam informações sobre temas que ainda eram pouco discutidos naquele período. É o caso da *Dados* – dedicada ao acompanhamento crítico e problematizado de estatísticas da saúde, por meio de análises epidemiológicas e conjunturais –, que trouxe, em sua 11ª edição, de março de 1988, um alerta para “O retrato da Aids”.

Naquele número, a publicação realçava a magnitude do problema, com números de infectados e informações sobre a disseminação. “A Aids, conforme dados apresentados à Organização Mundial de Saúde (1987), está nos dias atuais, mundialmente disseminada”, diz a reportagem. “Até 25 de novembro de 1987, dos 68.217 casos de Aids notificados à OMS, 52.136 (74,4%) eram das Américas”. A mesma reportagem mostrava que, à época, o Brasil era o quarto país do mundo com maior número de casos da doença, perdendo apenas para Estados Unidos, França e Uganda.

Já a revista *Súmula* tinha a proposta de fazer um acompanhamento crítico do que a imprensa tradicional noticiava. Em seu primeiro número, a publicação lançou a manchete: “Pólio, o êxito das campanhas”. A reportagem atentava para a importância das campanhas de vacinação, já que a poliomielite tinha apresentado queda considerável em 1980. “Outro fator considerado estratégico pelos especialistas em saúde é a conscientização da população para a importância da vacinação”, dizia. E o resultado das campanhas: “Quase 20 milhões de crianças vacinadas”.

A primeira edição da *Tema* falava na importância de se incentivar a população na participação comunitária na regionalização e municipalização dos serviços de saúde. Uma das chamadas trazia: “População terá direito de intervir no sistema” e uma expressão de peso do então ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães: “só com o acesso sem barreiras às informações de interesse comum, poderemos caminhar com segurança para a superação dentro das AIS [Ações Integradas de Saúde]”. Esta revista era mais reflexiva: com entrevistas e artigos, propunha debates em torno de temáticas pré-definidas.

Em 1987 nasce a quarta publicação: o *Proposta – Jornal da Reforma Sanitária* divulgava e debatia as teses do movimento. “Reforma não é uma simples transferência de recursos”, chamava a manchete do primeiro exemplar. Expressões como “O movimento sindical entende o seu papel”, “A reforma removerá o entulho sanitário” e “O trabalhador deve ter poder de decisão” enfatizavam a defesa por mudanças no sistema de saúde brasileiro. Ao todo, as quatro publicações somaram 179 edições até o ano de 2002, quando os periódicos passaram a integrar uma única revista mensal – a *Radis*, que chegou à 136ª edição em janeiro de 2014.

O programa foi marcante na construção de um campo Comunicação e Saúde – como hoje o conhecemos. “O *Radis*, quando foi criado, em 1982, tinha característica mais acadêmica. As edições selecionavam reportagens de jornais tradicionais e debatiam as questões, usando o conceito ampliado de saúde, falando em condições de vida, transporte público, salários, etc., além de apresentar análises epidemiológicas e conjunturais sobre os dados da saúde”, afirma o coordenador do *Radis*, Rogério Lannes.



Foto: Vinicius Marinho

Umberto Trigueiros, diretor do ICICT

Por um acesso aberto à redemocratização

No início, quem elaborava o conteúdo das publicações eram, em geral, economistas, sociólogos e sanitaristas – não necessariamente jornalistas. A ideia de recrutar profissionais de comunicação para dar um novo aspecto ao *Radis* veio na gestão de Arouca. “Os pesquisadores da Fiocruz achavam difícil falar sobre ciência, saúde e política à população mais leiga, o que impedia que um campo de comunicação e saúde se desenvolvesse. Com a redemocratização isto foi mudando. Os fatos que aconteciam pelo Brasil iam ficando um pouco mais transparentes. A população queria saber o que estava acontecendo e propor debates. Havia quem não estava satisfeito com a mídia tradicional e buscava informações em veículos alternativos”, avalia o diretor do ICICT, o jornalista Umberto Trigueiros.

As publicações do programa eram muito úteis nos debates da Reforma Sanitária. Serviam também como um tipo de agenda para a população saber quando ocorreriam novos debates, votação de projetos, reuniões, congressos, etc. Enfim, pontuavam fatos relacionados aos determinantes sociais de saúde/doença e abriam discussões sobre as políticas e ações em saúde no país.

“Um dos preceitos da Reforma Sanitária era que a saúde é uma questão política e democrática, que diz respeito à autonomia da cidadania e da sociedade. Era aí que o Radis buscava intervir por meio dos debates: pensávamos em como mobilizar ainda mais quem já estava se mobilizando e reforçar a importância da participação do público nos debates no Congresso Nacional para defender a redemocratização do país”, ressalta Rogério Lannes.

Comunicação e saúde

Um ano depois de ser indicado para a Fundação, Sergio Arouca preside a 8ª Conferência Nacional de Saúde (<http://www.youtube.com/watch?v=mLhb63s0-mU&feature=youtu.be>) – o que foi um marco, um divisor de águas para os movimentos da reforma. Muitos aspectos foram discutidos, entre eles os princípios e os ideários da reforma, além do próprio direito de comunicar. Esta visão do sanitarista, somada às reflexões que a conferência proporcionou, foram essenciais para a criação do campo da Comunicação em Saúde, como o conhecemos hoje.

Em mais de três décadas, as publicações do Radis passaram por reformas gráficas, ampliação de conteúdo, público e periodicidade, sem desviar da linha editorial original. A revista *Radis* é enviada gratuitamente pelo correio para mais de 80 mil assinantes, em todas as cidades brasileiras, entre

usuários, trabalhadores, gestores, conselheiros, estudantes e professores de saúde, bibliotecas, universidades, veículos de comunicação, governantes, parlamentares, sindicatos e movimentos sociais. No site www.ensp.fiocruz.br/radis, a versão on-line pode ser lida no dia primeiro de cada mês. O pioneiro Programa Radis continua sendo, hoje, um exemplo de jornalismo de qualidade, crítico e de coerência e independência na defesa do direito à saúde e à comunicação e do pleno exercício da cidadania, para o aprofundamento da democracia no Brasil. ■

Acesse:

8ª Conferência Nacional de Saúde
(<http://www.youtube.com/watch?v=mLhb63s0-mU&feature=youtu.be>)

Radis

www.ensp.fiocruz.br/radis

As publicações do programa eram muito úteis nos debates da Reforma Sanitária. Serviam também como um tipo de agenda para a população saber quando ocorreriam novos debates, votação de projetos, reuniões, congressos, etc



Rogério Lannes, coordenador do Radis

Foto: Vinícius Marinho



Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde

A Reciiis é uma revista pluralista, bilíngue e não-doutrinária, que publica produtos do trabalho científico voltados para a compreensão da dinâmica da arena da saúde nas diversas sociedades contemporâneas. As normas para publicação e outras informações encontram-se no endereço

www.reciis.icict.fiocruz.br

Conceitos como liberdade, vigilância e privacidade na internet alteram relações de poder e lançam novos desafios à sociedade

Privacidade e (in)segurança na internet: um mal que ronda a Terra?

Cristiane d'Avila

“A curiosidade é tão excessiva que perdeu o pudor. A vertigem da vida é tão intensa que não se pode mais separar a vida pública da vida particular”. A frase do jornalista e cronista carioca Paulo Barreto – mais conhecido pelo pseudônimo João do Rio – foi escrita, surpreendentemente, em 1911. Não se podia imaginar, numa época ainda distante do esgarçamento de limites entre o público e o privado, dos fluxos internacionais de informação e comunicação e do neoliberalismo global, que a “invasão de privacidade”, já observada pelo cronista, nos lançaria em uma era caracterizada pelo sentimento de insegurança – econômica, política, física – e, mais ainda, de desconhecimento sobre o quanto de nossas vidas e dados pessoais está (des) protegido da curiosidade e bisbilhotice alheias.

Não à toa e já percebendo esse mal-estar, o filósofo Michel Foucault problematizou, na década de 1960, a emergência do controle social por meio de dispositivos disciplinares e o nascimento de uma sociedade baseada na vigilância. Anos depois, Gilles Deleuze (1990) avaliou como uma sociedade regida por instrumentos disciplinares cria para si estratégias constantes de auto-regulação e controle da malha social. Recentemente, o historiador e ensaísta inglês Tony Judt afirmou no livro *O mal ronda a Terra*, como “a insegurança e o medo – da mudança, do declínio, dos desconhecidos e de um mundo estranho – está corroendo a confiança e a interdependência nas quais se apóiam as sociedades civis”. Perda de controle, novas formas de poder, insegurança. Seriam esses agora os grandes paradigmas sociais? Ou acabamos por nos tornar reféns de algo a que passamos atribuir imensa importância?

Decerto, convive-se hoje com um sem número de dispositivos de vigilância e identificação, de câmeras instaladas em ruas, residências, estabelecimentos comerciais, escolas e elevadores, a tecnologias biométricas, em que se utiliza o corpo como “senha”, por meio de digitais, íris, retina, traços faciais e voz. Nesse contexto de ameaça de uso indevido ou mesmo antiético de dados pessoais, corporais e institucionais, a informação se converte em mercadoria de grande valor, tanto para os próprios indivíduos, como para governos, empresas e instituições. Não por acaso, observa-se a ampliação do emprego de termos bélicos como “guerra”, “defesa”, “ataque”, “invasão” e muitas vezes, em nome da segurança social, biológica, econômica e tecnológica, se justifica o acesso a informações de indivíduos, empresas e instituições por entes privados e também públicos. De fato, como afirma o

filósofo e coordenador do Laboratório de Inteligência Coletiva da PUC-SP, no artigo “Sociedade de controle”¹, nenhuma forma de poder parece ser tão sofisticada quanto aquela que regula os elementos imateriais de uma sociedade: informação, conhecimento, comunicação.

Segurança e defesa cibernética: desafio governamental

No texto “A segurança e defesa cibernética no Brasil e uma revisão das estratégias dos Estados Unidos, Rússia e Índia para o espaço virtual”, publicado em julho de 2013, o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Samuel César da Cruz Júnior aponta para os riscos existentes no espaço cibernético brasileiro, e faz uma comparação entre a estrutura de segurança e defesa cibernética do Brasil e de outros países de relevância no cenário mundial. No artigo, Samuel Júnior afirma que ataque e defesa são, na prática, duas faces da mesma moeda. “Segurança é uma sensação que não pode ser medida, e defesa são as medidas tomadas para se garantir essa sensação de segurança”, analisa.

Como se observou na espionagem da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (*National Security Agency*, a NSA, na sigla em inglês), vazada pelo ex-analista Edward Snowden ao jornal *O Globo* em meados do ano passado, o atacante – o governo norte-americano – valeu-se basicamente das vulnerabilidades encontradas na defesa do sistema-alvo – no caso específico, e-mails da presidente Dilma e informações sigilosas da Petrobras. Denunciada a espionagem, exasperou-se o sentimento de insegurança e

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392004000100019&script=sci_arttext.



Foto: Arquivos Ipea

Samuel Júnior, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea



Segurança é uma sensação que não pode ser medida, e defesa são as medidas tomadas para se garantir essa sensação de segurança”

Samuel Júnior

buscaram-se respostas adequadas e à altura da gravidade do fato. Contudo, uma questão permaneceu: nossos sistemas, no âmbito da administração pública federal, estão protegidos?

Segundo o estudo do Ipea, “o Brasil ainda não possui um documento que estabeleça as diretrizes próprias de uma estratégia nacional para a defesa cibernética” e “não há um plano integrado de metas, objetivos e responsáveis para a melhoria da segurança da informação e defesa cibernética a médio e longo prazos”. Tal fragilidade se dá, de acordo com a pesquisa de Samuel Júnior, porque segurança e defesa cibernética são tratados no país por diversos organismos. Incluem-se aí instituições públicas, de governo, além de entidades não governamentais representando o setor privado.

Atualmente, conforme aponta o documento, cabe ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) a gerência dos assuntos afetos à segurança, e ao Centro de Defesa Cibernética,

que compõe a estrutura do Exército Brasileiro, vinculado ao Ministério da Defesa (CDCiber/EB/MD), as ações de defesa cibernética. Essa configuração, analisa o pesquisador do Ipea, tenderia a fragilizar tanto a defesa como a segurança, pois ambas respondem a dirigentes distintos. Faltaria, por esse viés, um organismo multilateral – uma instância superior – para se definir estratégias de segurança nacional.

Com base em estudos recentes, o artigo indica que o Brasil tem uma das infraestruturas de rede mais vulneráveis e desprotegidas, ocupando, na América Latina e no mundo, as primeiras colocações em diversos critérios de vulnerabilidade, como número de endereços de IP comprometidos e envio de spam. Além da vulnerabilidade, dados da GSI/PR citados no estudo afirmam que a administração pública federal registra cerca de três mil incidentes virtuais de segurança por mês.

Para o pesquisador, é essencial o investimento em capacitação, pois há expressiva carência de profissionais

especializados em segurança da informação em todos os níveis da administração pública federal. E somente através de parcerias entre sociedade civil, governo, meio acadêmico e setor empresarial é possível aumentar as possibilidades de identificação de falhas ou brechas que podem ser exploradas (ataque) ou sanadas (defesa/segurança). “Segurança cibernética vai além da internet, se refere a segurança de sistemas, envolve equipamentos de TI, internet, procedimentos, ferramental utilizado. Por isso garantir a segurança cibernética é muito complicado”, completa Samuel Júnior.



O Brasil ainda não possui um documento que estabeleça as diretrizes próprias de uma estratégia nacional para a defesa cibernética” e “não há um plano integrado de metas, objetivos e responsáveis para a melhoria da segurança da informação e defesa cibernética a médio e longo prazos”

Samuel Júnior

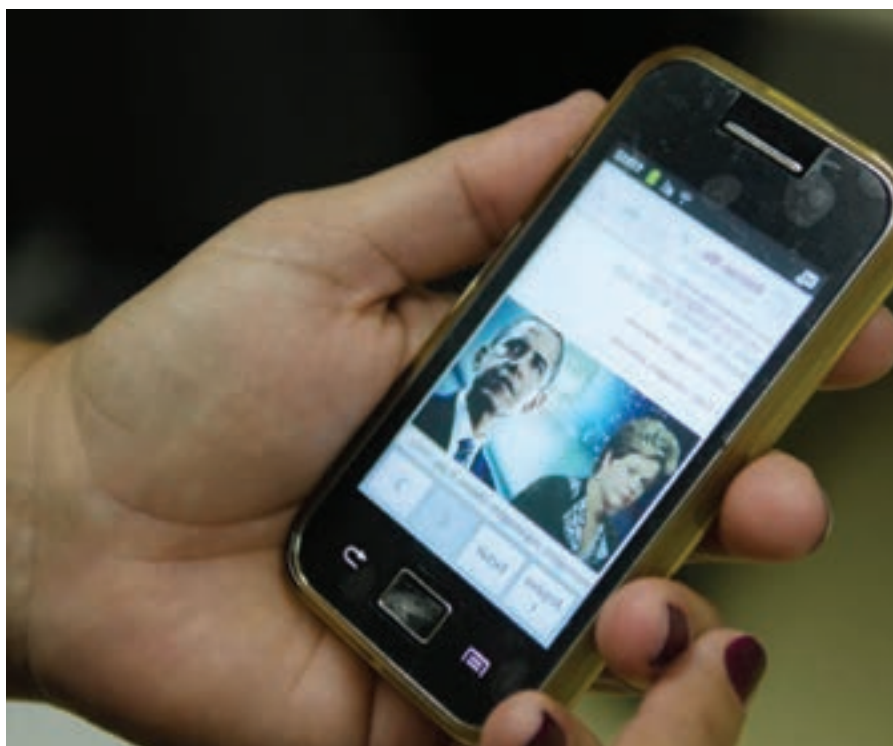


Foto: Amanda Simões

Novos desafios, novos conceitos

Considerando que se vive em um contexto altamente dependente das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e sob o risco de ataques cibernéticos, não há dúvida que é essencial problematizar como se configuram os conceitos de vigilância, controle e privacidade. Na opinião de Marta Mourão Kanashiro, professora do Programa de Pós-graduação em Divulgação Científica e Cultural e pesquisadora do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Universidade de Campinas (Unicamp), testemunha-se um momento no qual os conceitos de intimidade e privacidade vêm adquirindo outra configuração. “Intimidade é uma questão subjetiva do mundo privado, algo que vem sendo escancarado repetidamente, e a noção de privacidade atual, diferentemente da conceituação moderna, está atrelada à noção de propriedade intelectual e ao acesso a dados”, avalia.

No artigo “Big data: reconstrução e disputa por novos significados de privacidade”, escrito em conjunto com outros pesquisadores², Marta Kanashiro argumenta que não se trata mais de indagar se o conceito de privacidade como conhecíamos há bem pouco tempo – relativo mais à intimidade, ao resguardo do lar – perdura ou não, mas de compreendê-lo no âmbito das disputas econômicas, sociais, cognitivas e estéticas travadas no campo das redes de comunicação como a internet. “Privacidade é um conceito hoje tratado de formas distintas por diferentes grupos. A defesa da privacidade de um usuário no Facebook é diferente do que está no contrato de privacidade do próprio Facebook ou de outras empresas”.

² - Escrito em conjunto com os pesquisadores Fernanda Bruno, Rafael Evangelista e Rodrigo Firmino e apresentado no 37º Encontro Anual da ANPOCS.



Foto: Stock-xchng

Em outras palavras, o que a pesquisadora está afirmando é que as informações pessoais publicizadas nas redes sociais on-line dizem respeito à vida privada de quem as “posta” voluntariamente e assume os riscos desta ação. Mas o gesto vai além do questionamento sobre a pertinência dessa autoexposição individual. “Essas informações originam uma segunda camada de dados que, submetidos a técnicas de mineração e produção de perfis computacionais (tradução do inglês *profiling*), podem gerar mapas e perfis de consumo, interesse, comportamento, preferência política, e ser usados para os mais diversos fins, do marketing à administração pública ou privada, da indústria do entretenimento à indústria da segurança”.

Por outro lado, conforme argumenta a pesquisadora da Unicamp, as políticas de privacidade de corporações como o Google, por exemplo, indicam que os limites e o controle de privacidade podem ser alterados segundo os interesses da empresa, e diferem da privacidade que a própria empresa reivindica para si mesma quando o assunto é o uso que faz da massa



Privacidade é um conceito hoje tratado de formas distintas por diferentes grupos. A defesa da privacidade de um usuário no Facebook é diferente do que está no contrato de privacidade do próprio Facebook ou de outras empresas”

Marta Mourão Kanashiro

de dados capturada de seus usuários. “Nesses contratos de privacidade eles estão falando de propriedade sobre a informação. Já o usuário reclama uma privacidade que diz respeito às informações do cotidiano dele, é bem diferente”, complementa Kanashiro. O que se observa então, nesse universo de portas escancaradas, é que diante da sofisticação dos mecanismos de rastreamento de informações, é preciso estar de olhos bem abertos para o risco constante de insegurança digital, uma vez que a velocidade da circulação de dados cresce exponencialmente, em contraposição a uma infraestrutura de proteção nem sempre suficiente.



Foto: Virginia Damás

Ilara Hammerli, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/ Fiocruz)



O desafio é inscrever o respeito à dignidade humana à práxis da atenção à saúde como conquista da sociedade, como expressão de um amplo pacto ético e político orientado pela responsabilidade com o próximo e a coletividade”

Ilara Hammerli.

Dados recentes, inclusive, atestam que 65% dos ataques digitais a ambientes corporativos acontecem em horas, mas só são descobertos meses depois. Estima-se também que, em 2023, 32.500 gigabytes de informação estarão disponíveis para cada habitante da Terra. E nesse ambiente de big data há cruzamento de bancos de dados públicos e privados. “Por exemplo, o governo, para obter informações sobre a população, construiu grandes bancos de dados, mas o que era uma prerrogativa do estado, está também nas mãos das empresas. Hoje, há transferência de informações entre bancos públicos e privados, o que só se tornou possível porque a informação é valor, serve como moeda de troca”, avalia Marta Kanashiro.

Nessa conjuntura, a proposta da presidência da República, após o escândalo da espionagem da NSA, de criar um e-mail governamental para a administração pública federal, a ser administrado pelo Serpro, pode assentar o governo na arena de uma nova e sofisticada configuração de controle social. Na opinião da pesquisadora, a

proposta resolve, em parte, problemas como o uso do Gmail ou do Outlook para o envio de mensagens institucionais. Mas cria-se outro. “Se pensarmos que as informações a serem trocadas nesses e-mails poderão gerar perfis de pessoas que podem vir a ser taxadas como terroristas, ou como criminosas, dependendo do que o robô de busca achar nesses e-mails, a estratégia passa a ser perigosa em mãos de qualquer governo. Isso também coloca o Brasil em posição internacional bem complicada. Além disso, nenhum sistema é cem por cento seguro”, alerta Kanashiro.

Rastros digitais

Se no início do século XIX o método criado pelo francês Alphonse Bertillon lançou as bases da antropometria judicial, tornando as medidas corporais indicadores da propensão de certos indivíduos ao crime, hoje essas pistas seriam insignificantes para os detetives cibernéticos. Isso porque quando ligamos o computador e checamos

nossos e-mails, ou, ainda a caminho do escritório, com tablet ou smartphone em mãos, conferimos o saldo bancário, as condições de trânsito e lemos o jornal, deixamos – sem nos dar conta disso – o rastro de nossa movimentação no ambiente informacional, fácil de ser criptografado por hackers de plantão. Atualmente, em vista da insegurança digital que nos ronda e da sofisticação dos dispositivos de rastreamento, essas pistas, ao contrário do que apregoava o método de Bertillon, falam mais sobre os indivíduos do que qualquer medida antropométrica.

Em debate realizado em setembro de 2013 na Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), com o tema “Privacidade, dados pessoais e dados corporais na sociedade da tecnologia da informação”, a pesquisadora Ilara Hammerli Moraes, da Fiocruz, apontou algumas inquietações sobre a questão, lançando várias perguntas à plateia: Qual o papel do Estado nessa relação público x privado? Qual o significado da democracia nesse estado panóptico e de grandes bancos de dados, big data? Qual o papel do indivíduo na sociedade panóptica e do big data? Quais os limites dos interesses da esfera pública e da esfera privada?

Na opinião de Ilara Hammerli, o debate central perpassa duas questões: até onde vai o direito do Estado e da ciência de conhecer aspectos íntimos do indivíduo em nome da coletividade e da defesa da segurança pública, e do cidadão em preservar a sua privacidade. “Ou seja, na dimensão pública, em tese devem prevalecer os interesses da coletividade e o dever do Estado em garantir saúde universal, o que demanda mecanismos de gestão e de ciência e tecnologia em saúde. Mas, por outro lado, na dimensão privada deve prevalecer o direito do indivíduo de ter preservada a sua privacidade e a confidencialidade dos dados sobre a



Foto: Peter Illiciev

Misael Araújo, gerente de Segurança da Informação e Comunicações, na sala de operações da Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação da Fiocruz (CGTI)

sua saúde. E o estado tem a obrigação de garantir essa segurança através de políticas competentes de segurança da informação”.

Fazendo referência a algumas iniciativas do Sistema Único de Saúde (SUS), como o Cartão Nacional de Saúde, o e-Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) e o prontuário eletrônico do paciente, dentre outras, Hammerli aponta que esses produtos, fundamentais para a melhoria da qualidade da atenção à saúde, trazem novas ameaças, pois permitem o rastreamento do percurso do usuário pelo serviço de saúde, potencializando o risco de invasão de privacidade. O que a pesquisadora pretende alertar é que sem um conjunto de iniciativas políticas, éticas e tecnológicas que garantam o respeito à privacidade do cidadão, ampliam-se as condições para um ambiente de risco a um projeto de país que preserve o valor da vida. “O desafio é inscrever o respeito à dignidade humana à práxis da atenção à saúde como conquista da sociedade, como expressão de um amplo pacto ético e político orientado pela respon-

sabilidade com o próximo e a coletividade”, argumenta Ilara Hammerli.

No âmbito da administração pública federal, conciliar o acesso à informação – como salvaguarda da democracia e da cidadania – e a proteção de dados sigilosos de pesquisas científicas, caras a instituições como a Fiocruz, por exemplo, requer investimento em capacitação e equipamentos. De acordo com Misael Araújo, gerente de Segurança da Informação e Comunicações da Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação da Fiocruz (CGTI), a área de segurança da informação da Fundação começou a se estruturar em 2010. Publicada no Diário Oficial da União em 2012, a Política de Segurança da Informação e Comunicações contém seis diretrizes e normas, três sobre o dia-a-dia do usuário (responsabilidade, uso da internet, uso do e-mail) e três sobre TI (backup, ambiente operacional da TI, desenvolvimento, aquisição e manutenção de sistemas de informação).

“Temos trabalhado em diversas frentes de atuação. Do ponto de vista da regulação, criamos a política e um

conjunto de normas. Em termos de estrutura, temos uma área central de segurança que trabalha gestão de risco de segurança, uma equipe de tratamento e resposta a incidentes de segurança na rede, e uma área que garante a operacionalização de um serviço mesmo diante de um incidente de segurança”, detalha Misael Araújo.

O cuidado com a segurança da informação em uma instituição de pesquisa e ensino com mais de dez mil trabalhadores e centenas de alunos e parceiros nacionais e internacionais é, de fato, um desafio. “Além de um comitê de segurança composto por 11 participantes (CGTI, Auditoria Interna, Coordenação de Comunicação Social, Diretoria de Recursos Humanos e sete representantes de unidades da Fiocruz), temos investido na conscientização, sensibilização e capacitação de pessoas”, explica o gerente. Contudo, todo cuidado e investimento não impedem que as ferramentas de anti-spam da Fundação detectem como spam’s 85% das mensagens recebidas pelos usuários de e-mail da instituição. Em uma realidade em que a insegurança digital coloca governos e empresas diante de novos e constantes desafios, esse é um debate que ainda está por começar.



As democracias dependem de uma série de garantias individuais e coletivas. Uma das principais é o direito à privacidade e à intimidade”

Sergio Amadeu



Entrevista

Sergio Amadeu,

professor da UFABC (Universidade Federal do ABC) e membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil

A aprovação do Marco Civil da Internet é um bom caminho para se garantir segurança cibernética?

Não. Segurança da informação não pode ser garantida por nenhuma lei. Trata-se de um processo permanente que se utiliza da inteligência tecnológica para manter nossas informações seguras. O Marco Civil é uma lei de cidadania digital. Ele visa assegurar direitos dos cidadãos no uso da Internet. É certo que navegar com segurança é um direito, mas isso não se faz apenas escrevendo este princípio na lei. Por exemplo, ao escrevermos no Marco Civil que as operadoras de telefonia não podem se intrometer e filtrar nossa comunicação estamos concretamente defendendo o direito das pessoas a uma comunicação sem intrusão e vigilância.

É possível criar mecanismos reguladores de sistemas de espionagem com leis nacionais?

Regular a espionagem não me parece possível, pois ela é uma atividade clandestina cometida por Estados nacionais e corporações interessadas em obter segredos de seus concorrentes. Entretanto, o mundo carece de um tratado internacional contra a espionagem massiva, contra o uso de corporações para fazer mineração de dados dos cidadãos indefesos, contra o vigilantismo da rede.

É legítimo os governos colherem informações sobre indivíduos por motivo de segurança?

Pode ser defensável em situações de guerra, mas é inaceitável que o combate ao terrorismo, ao crime organizado e aos pedófilos instale

uma situação de exceção generalizada. Acho extremamente pertinente a argumentação de Giorgio Agamben de que após o 11 de setembro, os Estados Unidos se tornaram um estado de exceção. Lá o cidadão não é inocente até que se prove o contrário, agora todos são possíveis ameaças terroristas. Por isso, o Estado age acima da lei se o inimigo a ser combatido é o suposto terrorista. Infelizmente, vivemos um momento hobbesiano. Querem que abandonemos nossos direitos e nossa liberdade em função da nossa segurança. Ocorre que quando trocamos direitos fundamentais por algo que seria maior, matamos completamente a cidadania, a liberdade e instalamos um estado totalitário.

Satélites e mecanismos de busca como Google e Yahoo, baseados nos EUA, podem saber, a cada momento, o que os indivíduos, em qualquer parte do mundo, estão fazendo. Como podemos controlar isso?

Somos cada vez mais ciberviventes, pessoas que vivem utilizando tecnologias cibernéticas. Essas tecnologias são de comunicação e, ao mesmo tempo, de controle. Usamos essas tecnologias porque elas são muito úteis, muito ágeis e muito agradáveis. Elas nos afetam e criam afetos. Ao mesmo tempo, elas permitem interações que criam rastros digitais e geram informações sobre nossas vidas para bancos de dados gigantescos. A base da espionagem massiva são as corporações de tecnologia que usamos para nos comunicar, nos divertir e para nos organizar. O governo dos Estados Unidos usa essas corporações para fazer mineração de dados de nossos

dados. Para controlar isso precisamos conscientizar as pessoas, usar criptografia e aprovar leis que gerem grande prejuízo econômico para as corporações que entregarem nossos dados para fins de espionagem.

É possível se falar em democracia quando a informação é filtrada?

As democracias dependem de uma série de garantias individuais e coletivas. Uma das principais é o direito à privacidade e à intimidade. Nada justifica o vigilantismo generalizado e as tentativas de transformar o controle técnico em controle político e cultural das sociedades.

Soluções como o uso de cabos submarinos para o Brasil se conectar com outros países, a instalação de roteadores que possam se auditados e a adoção de software livre por órgãos públicos são alternativas viáveis para se garantir segurança cibernética?

Sem dúvida, precisamos utilizar tecnologias abertas e passíveis de serem auditadas. O uso do software livre ajudaria muito o Estado a proteger suas informações. Softwares fechados são, por

definição, inseguros, pois como bem nos demonstrou Snowden, eles podem trazer diversas formas de intrusão e resgate de informações.

O uso de e-mail criptografado patrocinado pelo Estado é uma solução viável?

O Estado deveria usar uma solução de e-mail robusta, baseada em software livre, que permitisse aos servidores públicos encriptar suas mensagens quando a situação assim exigir. A sociedade deveria ser estimulada a usar criptografia que existem em diversos clientes de e-mail. Eu utilizo um computador encriptado e uso criptografia em minhas mensagens. Não dependo do governo para usar criptografia. Há um movimento mundial de incentivo para as pessoas comuns a protegerem sua comunicação a partir do uso de criptografia. Estão começando a pipocar em todo o país as chamadas cryptoparties. Nesses eventos as pessoas aprendem a usar clientes de e-mail e chats encriptados, bem como, realizam a troca de suas chaves criptográficas. Se milhares de pessoas usarem criptografia a NSA irá a falência. ■



Foto: stock.xchng




PPGICS

Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde

Mestrado e doutorado acadêmico em informação e comunicação em saúde constituem níveis independentes e terminais de ensino, qualificação e titulação.

Comunicação e informação em prol da saúde no Brasil

Avaliar as conquistas, perdas e desafios com vistas à construção de um futuro melhor é tática comum na gestão de empresas e instituições, sejam elas públicas ou privadas. Quanto melhor o diálogo com os atores envolvidos no contexto de atuação, mais crescem as chances de fortalecimento e superação de obstáculos. Com base nesta percepção, o Icict capitaneou dois projetos em prol do aprimoramento do Sistema Único de Saúde: os websites PenseSUS e o Portal Saúde Amanhã. Com reportagens, vídeos, artigos e pesquisas, as páginas on-line consolidam a missão do instituto, pautada na formulação e execução de ações para o fortalecimento do SUS.

PenseSUS: site reúne conteúdo crítico sobre o sistema de saúde brasileiro

Claudio Oliveira



Palavras-chave são ponto de partida para páginas que agregam reportagens, vídeos, artigos e pesquisas sobre as conquistas e os desafios do SUS



Foto: Vinicius Marinho

O Sistema Único de Saúde (SUS) completou 25 anos em 2013 e a data serviu de mote para debates sobre seus principais desafios e conquistas em várias entidades do setor de saúde no Brasil. Na Fiocruz, a agenda de atividades nos campi inspirou o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) a criar um website que pudesse servir de espaço permanente para o pensamento crítico relativo ao sistema. Assim é o PenseSUS: uma página on-line que agrupa o vasto conteúdo que vem sendo produzido, pela Fiocruz e por outras instituições, sobre o sistema de saúde brasileiro. São reportagens, entrevistas, vídeos, pesquisas, artigos, indicações de livro etc, depois agrupados em páginas de verbetes que, juntos, compõem uma espécie de mapa de palavras-chave

fundamentais para o entendimento do que é – e do que se pretende ser – o Sistema Único de Saúde.

“O SUS é um dos mais ousados e abrangentes programas de inclusão social e de afirmação de direitos da nossa história. Pretendemos que o site seja um instrumento coletivo para refletir e enfrentar os impasses que vêm dificultando a aplicação e o exercício dos princípios e das políticas de desenvolvimento do SUS”, afirma Umberto Trigueiros, diretor do Icict. “O objetivo do site é reunir ideias, análises, avaliações, críticas e propostas que resgatem o papel do sistema na construção do Estado democrático brasileiro a partir da Constituição de 1988”, acrescenta.

Na página inicial do PenseSUS, uma nuvem de 25 palavras-chave

oferece ao internauta uma navegação intuitiva. Ao clicar em verbetes como “integralidade”, “participação social” ou “meio ambiente”, o usuário chega à página que contém um texto de apresentação sobre o verbete e diversos destaques; estes levam a conteúdos diversificados, com múltiplos pontos de vista e abordagens. Dessa forma, diferentes perfis de usuários – de estudantes do Ensino Fundamental até pesquisadores em saúde pública – podem ter à disposição textos e material multimídia que explicam as bases conceituais e o funcionamento do sistema.

“Em nossas reuniões para a criação do site, pensamos que deveríamos aproveitar o volumoso material que já existe - na Fiocruz e também na web - sobre os temas relacionados ao SUS”,



Pretendemos que o site seja um instrumento coletivo para refletir e enfrentar os impasses que vêm dificultando a aplicação e o exercício dos princípios e das políticas de desenvolvimento do SUS”

Umberto Trigueiros



explica a jornalista Juliana Krapp, coordenadora da área de jornalismo da equipe de Comunicação do CTIC. “Mas também achamos interessante criar um espaço que abordasse o SUS de forma mais descontraída, sem a sisudez habitual. Isso porque o objetivo principal do PenseSUS é promover o interesse das pessoas pelo que é, de fato, o sistema. Sabemos que um dos grandes desafios da saúde no Brasil é fazer com que a população se aproprie do SUS, compreendendo que a participação social é elemento-chave para o seu sucesso. O novo site é isso: uma ferramenta para estimular a participação das pessoas nos rumos do sistema, uma vez que lança luz sobre a forma como ele se organiza e sobre os entraves que dificultam seu aperfeiçoamento”, completa Juliana.

A forma também contribui para a compreensão dos objetivos do site. A nuvem de palavras-chave pela qual o internauta pode navegar aparece como se fosse um balão de pensamentos sobre a cabeça de uma pessoa. Os rostos sob o balão se revezam de forma randômica, o que representa a diversidade da população brasileira e, também, a universalidade do SUS. “O balão, por sua vez, simboliza a ideia de pensamento crítico”, justifica o designer Aldo Moura, coordenador da equipe de Comunicação do CTIC. “Além disso, procuramos valorizar a marca do SUS, ao sugerir-la no ‘+’ que integra a logo do site”.

A VideoSaúde, distribuidora da Fiocruz, criou vídeos curtos especialmente para o PenseSUS, com base no material recente de seu acervo. São depoimentos

de especialistas como Nelson Rodrigues dos Santos e Carlos Octávio Ocké-Reis, que explicam conceitos, problemas e a grande conquista que o SUS representa. “Divulgaremos não só audiovisuais inéditos, mas também arquivos como o pronunciamento do Sérgio Arouca, Democracia é Saúde, feito na 8ª Conferência Nacional de Saúde”, afirma Daniela Muzi, jornalista da VideoSaúde, lembrando que os depoimentos estão disponíveis também no canal da distribuidora no YouTube.

Aos poucos, novas palavras-chave serão incluídas e o PenseSUS deve crescer. Os 25 verbetes que inauguram o projeto foram selecionados com o apoio da Câmara Técnica de Informação e Comunicação do Icict, que tem acompanhado todo o desenvolvimento do projeto. Acesse o site: pensesus.fiocruz.br ■

Saúde Amanhã projeta futuro da saúde pública no país

Bel Levy e Renata Fontoura

Portal na internet é uma das ferramentas da iniciativa Saúde Amanhã, desdobramento do projeto “A Saúde no Brasil em 2030: Diretrizes para a Prospecção Estratégica do Sistema de Saúde Brasileiro”



A prospecção de cenários futuros para a saúde pública brasileira integra os esforços da Fiocruz para consolidar e qualificar o Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir melhores condições de vida para a população. Em 2014, esta missão ganhará um reforço importante, com a iniciativa Saúde Amanhã. Desdobramento do projeto A Saúde no Brasil em 2030: Diretrizes para a Prospecção Estratégica do Sistema de Saúde Brasileiro – realizado pela Fundação em parceria com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Ministério da Saúde e que rendeu publicações relevantes sobre o tema – o trabalho iniciou uma nova etapa que busca avanços na prospecção, o aprofundamento dos estudos e ficará marcada pelo lançamento do Portal

Saúde Amanhã, referendado no Congresso Interno da Fiocruz.

“A prospecção estratégica dos cenários futuros do sistema de saúde é fundamental para que possamos acompanhar e transformar tendências, indicadores e realidades. Não se trata apenas de criar imagens de futuro, mas de auxiliar a gestão estratégica do SUS e definir diretrizes e recomendações para a conquista de um cenário de futuro desejável para o país”, ressalta o coordenador executivo da iniciativa Saúde Amanhã e pesquisador do Ict, José Noronha. O trabalho desenvolvido se concentra sobre seis áreas temáticas, essenciais ao desenvolvimento do modelo de saúde do Brasil: desenvolvimento e saúde; perfil demográfico; organização e gestão do sistema de saúde; financiamento da Saúde; força de

trabalho; e Complexo Econômico e Industrial da Saúde.

Como principal ferramenta desta nova fase, o Portal Saúde Amanhã está estruturado com base nessas áreas e, além de apresentar a iniciativa e os resultados alcançados em sua primeira etapa, disponibiliza notícias e bibliografias – atualizadas periodicamente – que podem contribuir para a definição de novos cenários. “A ideia é reconhecer a saúde como um processo social e não apenas como fruto do conhecimento biomédico, dependente da prestação de serviços de caráter setorial. Com o portal, vamos garantir a interação, divulgar as informações e consolidar ainda mais a rede de prospecção que construímos durante o desenvolvimento do projeto Saúde 2030”, avalia Noronha.



Foto: Vinicius Marinho



A prospecção dos cenários futuros do sistema de saúde é fundamental para acompanhar e transformar tendências, indicadores e realidades. Não se trata apenas de criar imagens de futuro, mas de auxiliar a gestão estratégica do SUS”

José Noronha, coordenador executivo do Saúde Amanhã

Cenários para o futuro da saúde no Brasil

Qual o futuro do sistema de saúde brasileiro? Esta foi a pergunta norteadora do projeto A Saúde no Brasil em 2030: Diretrizes para a Prospecção Estratégica do Sistema de Saúde Brasileiro. Com um forte componente de pesquisa e o claro compromisso com a efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a melhoria da saúde pública brasileira, o projeto especulou sobre o futuro da Saúde no Brasil em 2030.

Três cenários foram propostos neste contexto: o Otimista e Possível; o Pessimista e Plausível; e o Inercial e Provável. O trabalho teve como base o conhecimento já produzido e acumulado dos pesquisadores envolvidos, que puderam identificar os elementos essenciais que compõem cada uma das áreas temáticas – Desenvolvimento, Estado e Políticas de Saúde; População e Perfil Sanitário; Organização e Gestão do Sistema de Saúde; Força de Trabalho em Saúde; Estrutura do Financiamento e do Gasto Setorial; e Desenvolvimento Produtivo e Complexo da Saúde –, bem como as lacunas de conhecimento a serem preenchidas.

Registrados em uma publicação de mesmo nome e disponibilizados pelo Portal Saúde Amanhã, os resultados desta primeira etapa seguem como termos de referência para o desenvolvimento dos próximos passos da iniciativa. “Prospectar o futuro não é tarefa fácil. Mas é justamente este o papel do Estado: articular e induzir políticas econômicas e sociais, no interesse do desenvolvimento com equidade, fomentando o acesso e a inclusão de camadas excluídas; expandindo e assegurando direitos sociais às significativas parcelas da população que permanecem marginalizadas. E o setor Saúde tem um papel preponderante neste desafio, ao influir decisivamente no modelo de desenvolvimento do país”, finaliza José Noronha. ■

Uma importante rede de colaboradores interdisciplinar é responsável pela sugestão de pautas para elaboração de notícias e pela avaliação do conteúdo que será disponibilizado. “Contamos com um conselho editorial formado por pesquisadores de diversas instituições envolvidos na iniciativa e que contribuem para a elaboração do conteúdo de cada área especificamente. Esta dinâmica enriquece muito o trabalho”, explica o pesquisador do Icict.

A interação com os leitores acontece por meio do registro de comentários ao final de cada notícia publicada. “Este é nosso primeiro passo, mas a expectativa é que possamos ampliar mais as possibilidades de interação com nossos leitores e garantir uma troca que possa impactar efetivamente no acompanhamento dos rumos da saúde pública brasileira”, esclarece

Noronha. Na opinião do diretor do Icict, Umberto Trigueiros, o Portal Saúde Amanhã será um espaço de interação que colocará à disposição do usuário e do próprio projeto “A Saúde do Brasil em 2030...” todo o ferramental disponível no Icict em tecnologia da informação e comunicação a serviço da prospecção de cenários. “O portal vai disponibilizar notícias, bases bibliográficas, artigos, teses e dissertações, estudos, pesquisas, cruzando informações com nossas linhas de investigação em áreas como o georreferenciamento, saúde do idoso, qualidade do cuidado de pacientes, perfis epidemiológicos, Pesquisa Nacional de Saúde, entre outras. Precisamos oferecer aos pesquisadores e gestores informações certificadas para que o país possa inovar e estar preparado para os próximos 30 anos”, enfatiza.



Registro Brasileiro de Ensaio Clínicos

O Registro Brasileiro de Ensaio Clínicos (ReBEC) é uma plataforma virtual de acesso livre para registro de estudos experimentais e não-experimentais realizados em seres humanos, em andamento ou finalizados, por pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Parceria entre Iesp/Uerj e equipe do Laboratório de Informação em Saúde mostra novos ângulos sobre o problema

Um outro olhar para a violência urbana

Graça Portela



Em dezembro de 2013, uma notícia sacudiu a mídia carioca e de todo o país: as milícias - grupo armado, formado por membros das forças de segurança, civis ou militares, da ativa ou aposentados, que atuam na ilegalidade - presentes em algumas favelas da cidade do Rio de Janeiro, estão ampliando sua área de influência e atuação, passando a dominar 45% do total das 1001 favelas no Rio de Janeiro.

Foto: Peter Illiciev

A informação veio à tona a partir de um estudo intitulado “Homicídios no entorno de favelas no Rio”, realizado pelo Icict e o Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp), da Uerj, e foi divulgada durante o “Seminário sobre o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora ou como transformá-la em Polícia de Proximidade”, realizado no início de dezembro/2013, no Iesp, coordenado por Alba Zaluar e Rodrigo Monteiro, ambos do Iesp, e que contou com a presença de especialistas como Christovam Barcellos (Icict/Fiocruz), César Caldeira (Unirio), Elizabete Albernaz (Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro), Jacqueline Muniz (Iuperj), Eduardo Batitucci (Fundação João Pinheiro/MG) e Frederico Caldas (comandante da Coordenadoria de Polícia Pacificadora – CPP/ Seseq/RJ), dentre outros.

A pesquisa, realizada pelas equipes da antropóloga Alba Zaluar, do Iesp/ Uerj, e do pesquisador Christovam Barcellos, coordenador do Laboratório de Informação em Saúde (Lis/Icict), contou com um diferencial: para analisar as áreas foi utilizado o georreferenciamento. A equipe do Núcleo de Geoprocessamento do Lis, a partir de cerca de 4.600 endereços de pessoas que morreram assassinadas entre 2006 e 2009, tomou as localizações como pontos de referência, considerando diversas variáveis, e os referenciou usando mapas de ruas do Rio de Janeiro; em paralelo, o grupo do Iesp identificou os domínios armados de todas as favelas da cidade (grupos de tráfico, milícias, além das UPPs e os grupos neutros).

O cruzamento dos dados – a relação das mortes com os domínios armados, acrescido dos dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, apontaram, dentre outras informações, a descoberta de que as áreas de risco não são as favelas,



Homicídios no entorno de favelas no Rio de Janeiro

Christovam Barcellos, coordenador do Laboratório de Informação em Saúde (Lis/Icict)

Favelas dominadas por comandos de tráfico e milícias em 2005



Favelas dominadas por comandos de tráfico e milícias, favelas pacificadas com UPP em 2010

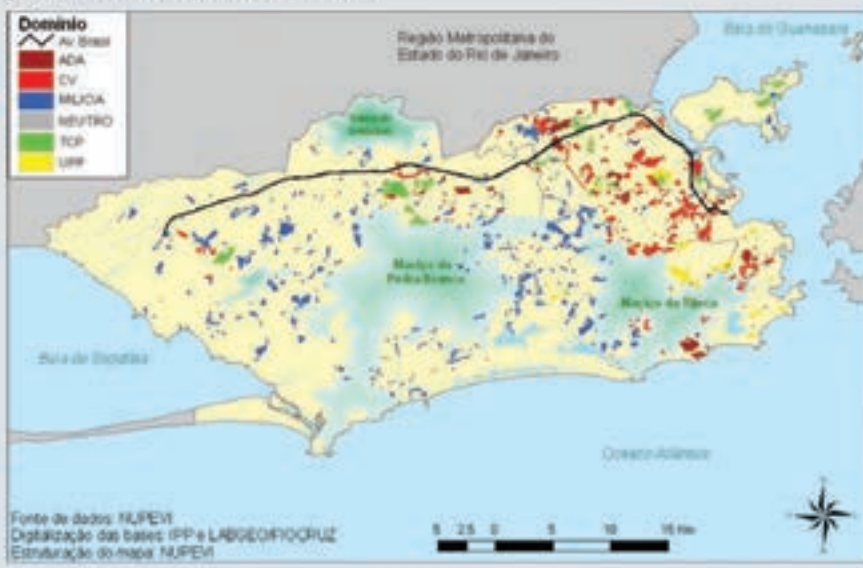




Foto do Christovam: Vinicius Marinho; Mapas: LIS e Gráficos: Vera L.F. de Pinho

mas sim os entornos, que concentram grande número de mortes violentas por serem pontos de confronto entre os grupos armados. Os dados também demonstram a movimentação territorial dos grupos de tráfico de drogas, o avanço das milícias na Zona Oeste da cidade em direção à Zona Norte, e a expansão das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) da Zona Sul para a Zona Norte e subúrbios da Leopoldina, o que indicaria uma possibilidade de confronto.

Números da violência

Durante o seminário, ficou evidente a necessidade de se buscar outras abordagens para tratar a violência urbana no Rio de Janeiro e no país inteiro, já que ela envolve aspectos econômicos, culturais e geopolíticos, e não apenas sociais. Em 2012, segundo dados do Ministério da Saúde, foram registradas 19.575 internações provocadas por acidentes com arma de fogo, que custaram à saúde do país R\$ 38,4 milhões. Entre janeiro e setembro de 2013, foram 16.529 internações, totalizando R\$ 32,1 milhões. Os últimos dados disponíveis no SIM referentes a óbitos por armas de fogo são de 2011 e indicam 38.744 notificações.

A pesquisa realizada aponta que a área do entorno da favela (entre 100 e 250 metros) é o local onde os homicídios variam entre 100 e 140 mortes por cada 100.000 habitantes, pois é ali que, segundo Christovam Barcellos, se dão os confrontos, onde se realizam os roubos, onde existe maior disponibilidade de armas e onde se dá a demonstração de força de cada grupo, indicando o limite de seu território.

Os palestrantes destacaram os seguintes problemas: a credibilidade institucional da Polícia Militar, em especial junto aos moradores de favelas; a necessidade de entendimento de que o que mata não é a droga, mas sim o tráfico armado, com toda a violência gerada; as modificações

que vêm sendo trazidas pelas UPPs à própria Polícia Militar, forçando-a a se reestruturar e se preparar para um novo tipo de atuação, a fim de lidar com problemas do dia a dia do morador; a desconstrução da lógica do sistema de segurança brasileiro, cujo foco vinha sendo a “guerra às drogas”, com a vigilância da sociedade e a punição do criminoso, passando a uma nova lógica operativa em que todo o sistema atue como um mediador de conflitos; e o paradoxo de que o índice de sucesso das UPPs é justamente a sua desmobilização, uma vez que o crime foi reduzido ou eliminado.

Eleições e violência

O governo do Estado do Rio de Janeiro segue na implantação das Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs, (atualmente, 40 em todo o estado), mas as críticas apontam para a necessidade de se aprimorar o modelo e se pensar em novas propostas de segurança, independentemente de disputas políticas que já estão marcando as eleições para o Governo do Estado em 2014. Segundo Alba Zaluar, em plena disputa eleitoral, alguns candidatos seguem questionando a estratégia de implantação das UPPs, inclusive afirmando o fracasso da iniciativa. A antropóloga rebateu essa ideia e ressaltou que é muito mais importante apostar nas questões sociais (educação, saúde, habitação) do que na construção de presídios.



As áreas de risco não são as favelas, mas os entornos”

Christovam Barcellos



Foto: Thiago Facina / Diretoria de Comunicação Social – UERJ

Alba Zaluar, antropóloga Iesp/Uerj

“ O que podemos fazer para melhorar a UPP?”

Em entrevista à Inova Icict, a pesquisadora falou, com exclusividade, sobre o que espera para a política de segurança no Estado do Rio.

Qual o objetivo do “Seminário sobre o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora ou como transformá-la em Polícia de Proximidade”?

Acho lamentável que a disputa eleitoral tenha se concentrado e se dividido a favor ou contra a UPP. Não se trata de disputa eleitoral, mas de se pensar qual a melhor política de segurança pública para o Estado, considerando que a desmilitarização da Polícia Militar vai demorar muito, pois envolve negociação com os outros 27 estados da Federação e depende de uma mudança constitucional e não deveria estar na pauta da

eleição estadual. Na nossa pauta de política de estado deve estar: o que podemos fazer para melhorar a UPP? Foi esse o objetivo do seminário: tornar a UPP uma polícia de proximidade, apoiada por outras instituições e tendo como pano de fundo os projetos para melhorar as condições de vida da população local, assim como as oportunidades de trabalho para os mais vulneráveis.

A senhora acredita ser possível transformar as UPPs em Polícia de Proximidade?

Claro que acredito, senão não teria sentido propor. A polícia de proximidade é a que atua junto com a população local, criando laços no dia a dia de convivência, respeitando a sociabilidade local, como por exemplo, cumprimentar as pessoas, fazer encontros para discutir os problemas de segurança segundo o ponto de vista delas, ouvi-las, respeitar seus direitos, não entrar em suas casas a não ser se convidados ou com um mandado judicial, não abusar do uso da força, negociar com elas o nível de ruído permitido e o horário das festas e bailes a que estão mais ou menos habituados, sempre com a preocupação de promover o entendimento.

Que diferencial trouxe o georreferenciamento à pesquisa sobre violência nas favelas, realizada pelo Iesp/Icict?

O georreferenciamento foi muito importante para localizar os diferentes domínios das facções e milícias que atuam na cidade, cujo levantamento foi mapeado pela equipe do Icict e acompanhado desde 2005. Assim foi feito

também com os dados do ISP (homicídios) e do SUS (mortes violentas) desde 2005 até 2010, o que permitiu identificar as áreas de maior risco na cidade quanto aos homicídios ou às mortes violentas, que atingem principalmente homens jovens. Descobrimos que essas áreas estão onde havia facções de traficantes, mas também onde havia diferentes facções ou milícias muito próximas disputando o poder. Isto confirmou a hipótese de que grande parte dos homicídios se deu pelo estado de conflagração ou guerra entre facções, milícias e policiais. Descobrimos também que o registro do local do evento mostra que a maior parte deles está no entorno das favelas e não dentro delas, o que também aponta para essa guerra.

Os resultados do estudo feito, a partir da parceria com o Icict, podem mostrar uma nova direção à política de segurança do Estado?

Sim, caso os nossos dados sejam levados em consideração pelas autoridades. Apontamos para as áreas de maior risco porque são aquelas mais próximas a grandes vias de circulação, aéreas, marítimas e rodoviárias, onde se concentra também a maior quantidade de armas e drogas pela facilidade de transporte. E demonstra que é preciso entender melhor como, no interior das favelas, faz-se a segurança dos moradores, que impede diversos pequenos crimes como roubos e furtos, mas também os mais graves como os homicídios, de acontecer dentro delas. Não impede, porém, a agressão, mais comum entre moradores de favelas do que no resto da cidade. ■



Laboratório de Digitalização de Obras Raras

O Laboratório de Digitalização de Obras Raras surge para implementar o conceito de preservação e acesso ao valioso acervo de publicações existentes na Seção de Obras Raras da Biblioteca de Ciências Biomédicas da Fundação Oswaldo Cruz.



arCa

Repositório Institucional

Quer conhecer os trabalhos científicos dos pesquisadores da Fiocruz? Acesse o Arca.



Ministério da Saúde

FIUCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

www.arca.fiocruz.br